

São Tomé e Príncipe

Em 2014, foram moderados os progressos de São Tomé e Príncipe no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo estabeleceu uma Comissão Anti-Trabalho Infantil para coordenar os seus esforços no combate ao trabalho infantil e continuou a financiar e participar de programas que incluem o objectivo de eliminar ou prevenir o trabalho infantil, incluindo as suas piores formas. Contudo, há crianças em São Tomé e Príncipe envolvidas no trabalho infantil, incluindo trabalho doméstico e de rua. O governo não adoptou legislação para proteger todas as crianças menores de 18 anos contra profissões perigosas e os órgãos responsáveis pela fiscalização do trabalho infantil não tiveram recursos suficientes para realizar inspecções.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em São Tomé e Príncipe.

Área	Iniciativa sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU sobre os Direitos das Crianças relativo à Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil.	2014
	Certificar-se de que as profissões ou actividades perigosas proibidas para crianças sejam específicas o suficiente para facilitar a fiscalização.	2009 – 2014
	Estabelecer uma idade de ensino obrigatório que seja igual ou superior à idade mínima para emprego.	2014
Fiscalização	Afectar recursos suficientes para o Departamento de Inspeção Laboral e o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos para assegurar que: <ul style="list-style-type: none">• Haja uma quantidade suficiente de inspectores do trabalho capacitados para implantar uma cobertura adequada da força de trabalho;• Os inspectores e investigadores recebam uma capacitação adequada;• Os inspectores do trabalho tenham os equipamentos e recursos necessários para realizar inspecções;• Sejam realizadas inspecções e investigações pró-activas de trabalho infantil, mesmo na ausência de denúncias.	2009 – 2014
	Disponibilizar ao público informações sobre a quantidade de investigadores responsáveis pela execução das leis penais referentes às piores formas de trabalho infantil.	2014
Políticas governamentais	Integrar as estratégias de eliminação e prevenção do trabalho infantil no Plano Nacional para a Educação.	2014
Programas sociais	Ampliar os actuais programas educacionais e aumentar a quantidade de escolas que ofereçam o quinto e sexto ano para assegurar o acesso de todas as crianças ao ensino básico.	2010 – 2014
	Avaliar o eventual impacto dos programas existentes sobre o trabalho infantil.	2011 – 2014
	Implementar programas para lidar especificamente com crianças no serviço doméstico e no trabalho de rua.	2009 – 2014